

A LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO E A CONSTRUÇÃO DE SABERES NO MUNICÍPIO DE IRITUÍIA: A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA FORMA PARÁ

THE BACHELOR'S DEGREE IN RURAL EDUCATION AND THE CONSTRUCTION OF KNOWLEDGE IN THE MUNICIPALITY OF IRITUÍIA: THE CONTRIBUTION OF THE FORMA PARÁ PROGRAM

EL GRADO EN EDUCACIÓN RURAL Y CONSTRUCCIÓN DEL CONOCIMIENTO EN EL MUNICIPIO DE IRITUÍIA: LA CONTRIBUCIÓN DEL PROGRAMA FORMA PARÁ

Ângelo Rodrigues de Carvalho¹, Aliene da Silva Sousa²

DOI: 10.54899/dcs.v22i84.3776

Recibido: 11/11/2025 | Aceptado: 12/11/2025 | Publicación en línea: 28/11/2025.

RESUMO

O presente trabalho debate como o Curso de Licenciatura em Educação do Campo no município de Irituíia/PA, ofertado pelo Programa Forma Pará, via o Instituto Federal de Educação – IFPA/Campus Castanhal, tem promovido a valorização dos saberes locais e impulsionado transformações educacionais e socioculturais. A questão problema levantada pela pesquisa busca refletir de que maneira a Licenciatura em Educação do Campo pode contribuir para o fortalecimento do processo educativo no município, bem como à autoestima dos sujeitos-territórios do campo, das águas e das florestas, a partir do reconhecimento e da valorização dos saberes locais. O objetivo principal é compreender as contribuições do Curso de Licenciatura em Educação do Campo não apenas na formação política e sociocultural das/os educandas/os-educadoras/es, mas, sobretudo, na construção de educação inclusiva e democrática, pautada na emancipação dos sujeitos, mediante as práticas pedagógicas desenvolvidas e trabalhadas pelos princípios da Educação do Campo. Adotou-se uma metodologia do tipo qualitativa, com abordagem exploratória, com base em pesquisa bibliográfica e um estudo de caso. Os resultados apontaram que o Curso de Licenciatura em Educação do Campo pode desempenhar papel significativo para além da democratização do acesso à educação superior. Como conclusão, evidencia-se que o Curso de Licenciatura em Educação do Campo, proporcionado pelo Programa Forma Pará, via o Campus Castanhal do IFPA, estabelece e cria um processo de inclusão político-econômica e sociocultural dos sujeitos.

Palavras-chave: Educação do Campo. Práticas Pedagógicas. Programa Forma Pará. Saberes Locais. Sujeitos-Territórios.

¹ Doutor em Educação, Universidade de Brasília, Castanhal, Pará, Brasil. E-mail: angelo.carvalho@ifpa.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0792-9069>

² Mestre em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, Instituto Federal do Pará, Castanhal, Pará, Brasil. E-mail: aliene.sousa@ifpa.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8684-4057>

ABSTRACT

This paper discusses how the Bachelor's Degree in Rural Education in the municipality of Irituia/PA, offered by the Forma Pará Program through the Federal Institute of Education – IFPA/Campus Castanhal, has promoted the appreciation of local knowledge and driven educational and sociocultural transformations. The research question seeks to reflect on how the Bachelor's Degree in Rural Education can contribute to strengthening the educational process in the municipality, as well as to the self-esteem of the subjects-territories of the countryside, waters, and forests, based on the recognition and appreciation of local knowledge. The main objective is to understand the contributions of the Bachelor's Degree in Rural Education not only to the political and sociocultural formation of the students/educators, but, above all, to the construction of inclusive and democratic education, based on the emancipation of subjects, through the pedagogical practices developed and worked on according to the principles of Rural Education. A qualitative methodology with an exploratory approach was adopted, based on bibliographic research and a case study. The results indicated that the Bachelor's Degree in Rural Education can play a significant role beyond democratizing access to higher education. In conclusion, it is evident that the Bachelor's Degree in Rural Education, provided by the Forma Pará Program, through the Castanhal Campus of IFPA, establishes and creates a process of political-economic and sociocultural inclusion of the subjects.

Keywords: Rural Education. Pedagogical Practices. Forma Pará Program. Local Knowledge. Subject-Territories.

RESUMEN

Este artículo analiza cómo la Licenciatura en Educación Rural en el municipio de Irituia/PA, ofrecida por el Programa Forma Pará a través del Instituto Federal de Educación (IFPA)/Campus Castanhal, ha promovido la valoración del saber local e impulsado transformaciones educativas y socioculturales. La investigación busca reflexionar sobre cómo la Licenciatura en Educación Rural puede contribuir al fortalecimiento del proceso educativo en el municipio, así como a la autoestima de los sujetos-territorios del campo, las aguas y los bosques, a partir del reconocimiento y la valoración del saber local. El objetivo principal es comprender las contribuciones de la Licenciatura en Educación Rural no solo a la formación política y sociocultural de los estudiantes y educadores, sino, sobre todo, a la construcción de una educación inclusiva y democrática, basada en la emancipación de los sujetos, mediante las prácticas pedagógicas desarrolladas y trabajadas según los principios de la Educación Rural. Se adoptó una metodología cualitativa con enfoque exploratorio, basada en la investigación bibliográfica y un estudio de caso. Los resultados indicaron que la Licenciatura en Educación Rural puede desempeñar un papel significativo más allá de democratizar el acceso a la educación superior. En conclusión, es evidente que la Licenciatura en Educación Rural, impartida por el Programa Forma Pará a través del Campus Castanhal del IFPA, establece y crea un proceso de inclusión político-económica y sociocultural de los sujetos.

Palabras clave: Educación Rural. Prácticas Pedagógicas. Programa Forma Pará. Saberes Locales. Sujetos-Territorios.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

Com o propósito de proporcionar um maior acesso ao ensino superior e, conseqüentemente, diminuir os índices de defasagem educacional nas áreas rurais, a partir da expansão da oferta de vagas nos cursos de graduação (bacharelado, licenciatura e tecnológico) e pós-graduação, o Governo do Estado do Pará, pressionado pela organização de Movimentos Sociais do Campo e pela mudança de consciência da sociedade civil, intuiu o Programa Forma Pará, através da Lei 9.324/2021. A instituição da referida Lei, resultou na criação do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira entre a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica (SECTET) e prefeituras municipais, com o auxílio da Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP) e Instituições de Ensino Superior (IES). Como produto dessa cooperação técnica, formalizou-se a constiuição do Curso de Licenciatura em Educação do Campo no município de Irituia no nordeste paraense.

Desde a instituição da referida Lei até os dias atuais, o Programa Forma Pará do governo do estado já promoveu a oferta de 201 turmas de cursos de graduação, oferatdno um total de 9.975 vagas, distribuídas nas seis Instituições de Ensino Superior (IFE's) públicas existentes no estado, a exemplo da UFPA, IFPA, UFRA, UEPA, UFOPA e UNIFESSPA. Atualmente o Programa está organizado nos 144 municípios do estado e nas 12 regiões de integração., contando com a oferta de aproximadamente 10 mil vagas ofertadas, distribuídas por cerca de mais de 200 turmas em 59 cursos.

É importante ressaltar que, mesmo diante dos recentes avanços alcançados no processo de democratização do ensino superior no país e no estado do Pará, as desigualdades socioculturais ainda estão longe de ser superadas, sobretudo, nos municípios das áreas rurais, em especial na Amazônia brasileira. Contudo, nesse contexto, alguns lugares se destacam por conseguirem apresentar um outro cenário na inclusão educacional e na interação sociocultural, como por exemplo o município de Irituia, situado no nordeste paraense, que conta com o apoio do Programa Forma Pará, ofertando o Curso de Licenciatura em Educação do Campo para aproximadamente 53 educandas/os, muitos dos quais, são residentes nas áreas rurais do município.

A Licenciatura em Educação do Campo tem assumido um papel fundamental na construção e reconstrução de saberes, articulando o conhecimento acadêmico com os saberes

locais dos sujeitos-territórios do campo, das águas e das florestas. Assim, no grande cenário que é o meio rural/agrário, entendido como espaço vivo, plural e dinâmico – marcado pela diversidade sociocultural, emergem permanentes possibilidades de aprendizagens e transformações. Trata-se de um *lócus* de produção de conhecimento e de valorização das identidades camponesas, onde os sujeitos constroem e reconstróem suas histórias, suas geografias e suas práticas pedagógicas. Desse modo, a Licenciatura em Educação do Campo contribui para que esses sujeitos (re)definam sua territorialidade, fortalecendo a autonomia e o protagonismo das comunidades rurais em seus processos educativos e sociais.

É justamente a partir das contínuas experiências e vivências dos sujeitos-territórios do campo, das águas e das florestas que se manifesta a dinâmica de significação e ressignificação do fazer pedagógico. Nesse contexto, o processo formativo das/os discentes e educadoras/es da Turma de Licenciatura em Educação do Campo do Projeto Forma Pará, no município de Irituia, revela-se como um espaço de produção coletiva de saberes e de diálogo entre a teoria e a prática, entre o conhecimento científico e os saberes populares.

O problema central deste estudo, reside em buscar compreender de que forma o Curso de Licenciatura em Educação do Campo em Irituia, ofertado pelo Programa Forma Pará, via IFPA/Campus Castanhal, tem conseguido efetivar uma ressignificação da educação superior no município. Assim sendo, emerge uma questão fundamental, que é como o Curso de Licenciatura em Educação do Campo tem dialogado com os saberes locais e de que maneira tem ajudado na construção de uma educação contra-hegemônica, favorável a transformação sociocultural dos sujeitos-territórios?

As reflexões teóricas e práticas das/os discentes educadoras/es da referida Turma de Educação do Campo, enseja não apenas a construção de propostas diferenciadas para o processo de ensino-aprendizagem, mas sobretudo, possibilita um repensar da prática pedagógica e dos conteúdos trabalhados em sala de aula, apontando o quanto o ensino tradicional, seguido e adotado pelas Secretárias de Educação municipais, estão distantes da realidade histórico-geográfica, econômica e sociocultural dos seus educandos. Desta forma, o trabalho com os princípios da Educação do Campo abre espaço e aponta caminhos que possam incluir e tornar os educandos protagonistas de sua própria história.

Com base nas análises anteriores, pode-se inferir que o Curso de Licenciatura de Educação do Campo ofertado pelo Programa Forma Pará, através do IFPA/Campus Castanhal, compreende não apenas o reconhecimento de direitos dos sujeitos-territórios do município, mas, sobretudo,

representa a possibilidade de valorização dos saberes locais e a construção de possibilidades de construção de novas formas de conhecimento e de exercício de uma educação contextualizada, de acordo com o modo de vida e a realidade sócio-histórica e geográfica-cultural dos sujeitos-territórios que vivem e se reproduzem dos recursos ofertados pela terra, em comunhão com o campo, as águas e as florestas.

Desta forma, entende-se pois, que a educação destinada aos sujeitos-territórios oriundos das áreas rurais/agrárias, bem como dos que vivem das águas e das florestas, historicamente, esse direito tem e vem lhes sido negado e/ou ofertado de forma precária, não atendendo suas necessidades socioculturais e ambientais, por ser cabalmente distante de seus contextos socioterritoriais e históricos. Sob o ponto de vista Hoeller, Fagundes e Farias (2019, p. 26) “O fato é que o ensino rural surgiu como uma necessidade do modelo agroindustrial, direcionado para a capacitação da mão-de-obra, ou seja, a profissionalização do campo de forma a atender às necessidades do mercado instalado na época”.

Portanto, a educação acessada ao longo da história por esses sujeitos-territórios, sempre esteve distante de suas realidades históricas, econômicas, políticas e culturais. Por esta razão, é urgente a construção de um novo projeto de educação, fundado nos princípios da Educação do Campo, ou seja, no reconhecimento e no respeito aos saberes, valores e conhecimentos dos sujeitos-territórios que vivem e se reproduzem da terra, do campo, das águas e das florestas.

Diante desse contexto, o presente trabalho, apresenta enquanto objetivo geral, compreender de que maneira o Programa Forma Pará, implantado no município de Irituia/PA, a partir da oferta do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, tem contribuído para a valorização dos saberes populares e para a transformação das trajetórias educacionais e socioculturais dos sujeitos-territórios do campo, das águas e das florestas, historicamente excluídos.

Na pretensão de alcançar tal propósito, buscou-se identificar as motivações socioculturais dos estudantes que ingressaram no Curso de Licenciatura em Educação do Campo, através do Programa Forma Pará em Irituia/PA, realizando-se a análise de como os saberes adquiridos em espaços populares são mobilizados e ressignificados no contexto da formação acadêmica, no intuito do crescimento intelectual, político e socioeconômico de seus sujeitos.

REFERENCIAL TEÓRICO

A constituição do Curso de Licenciatura em Educação do Campo em Irituia/PA, tem criado e ampliado oportunidades as/aos educandas/os inseridos, sobretudo no que tange a conscientização da luta em que estão inseridos, bem como no processo de construção de novos conhecimentos e de (re)descoberta de novos saberes, além da compreensão e reconhecimento da valorização dos seus saberes locais. A construção de saberes e de novos conhecimentos está intrinsecamente ligada ao processo de (re)descoberta dos sujeitos como seres históricos, sociais e territoriais, que se reconhecem como protagonistas da transformação de sua própria realidade.

Importa destacar aqui que essas Licenciaturas têm uma marca constitutiva fundamental, que é o fato de já terem sido projetadas assumindo uma posição de classe, rompendo tradicionais paradigmas que afirmam a possibilidade da neutralidade da produção do conhecimento científico e das políticas educacionais. As LEdoCs são planejadas considerando-se a luta de classes no campo brasileiro e colocando-se como parte e ao lado do polo do trabalho, assumindo e defendendo a educação como um direito e um bem público e social (Molina, 2017, p. 590).

Conforme ressalta Freire (1996, p. 22), “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Essa concepção destaca a centralidade do diálogo e da experiência na formação humana, evidenciando que o conhecimento não é algo transmitido, mas construído coletivamente, em movimento, a partir das vivências e da interação com o contexto.

Nesse sentido, cada educando e educador do campo se constitui como um sujeito-território, expressão que simboliza a unidade entre identidade, espaço e cultura. Como destaca Haesbaert (2014, p. 97), “o território é sempre o resultado de uma relação de poder e de pertencimento, no qual os sujeitos se reconhecem e se transformam”. Assim, os sujeitos-territórios em movimento e construção reconfiguram constantemente sua forma de existir e de compreender o mundo, tornando o processo educativo um espaço vivo de resistência, memória e criação.

É importante ressaltar que o processo de (re)descoberta dos sujeitos dentro da coletividade, muitas vezes, emerge de um “despertar epistemológico”, que envolve revisitar suas origens, suas memórias, seus valores e saberes ancestrais. Essa perspectiva se aproxima do que Boaventura de Sousa Santos (2018, p. 55) denomina de “ecologia de saberes”, entendida como o reconhecimento da pluralidade de conhecimentos existentes e da necessidade de superar a

monocultura do saber científico ocidental. Nessa ecologia, o saber popular, tradicional e comunitário se entrelaça com o conhecimento acadêmico, formando um campo fértil para novas compreensões e práticas pedagógicas contextualizadas. De acordo com Brandão (1982, p. 21) cabe à Educação Popular a tarefa de “reconhecer que o povo, mesmo sob os grilhões e as regras da opressão, tem sua cultura popular, tem seu trabalho ‘solidário e inteligente que cria a prática política da classe pelo seu interior’[...]”.

A curiosidade epistemológica, conceito desenvolvido por Freire (1996), é elemento essencial desse processo, pois impulsiona o sujeito a questionar, refletir e reconstruir sua visão de mundo. Segundo o autor (1996, p. 33), “ensinar exige curiosidade, o desejo permanente de compreender o que ainda não se sabe”. Assim, a Educação do Campo, ao valorizar o território e as experiências dos sujeitos que nele vivem, torna-se um espaço privilegiado para o exercício da curiosidade crítica, da autonomia intelectual e da reflexão coletiva sobre a realidade.

Esse movimento de construção e reconstrução de saberes se fortalece nas práticas comunitárias, quando os indivíduos compartilham suas descobertas e aprendizagens, construindo conhecimento de forma dialógica e horizontal. Nesse contexto, por sua vez, cada saber apresenta sua própria dinamicidade e por sua vez, está ligado à história de vida dos sujeitos-territórios, isto é, a realidade vivenciada e (re)construída por cada sujeito, educanda/o e/ou educadora/or. Para Arroyo (2012, p. 47), “os sujeitos do campo aprendem e ensinam na coletividade, nas trocas cotidianas e nas práticas de solidariedade”. Essa dimensão coletiva da aprendizagem amplia o horizonte dos sujeitos e transforma o ato educativo em uma experiência de comunhão e pertencimento territorial.

Assim, a construção de saberes e de novos conhecimentos a partir da (re)descoberta dos indivíduos é um processo contínuo e multifacetado, enraizado na curiosidade, na reflexão e na interação com o mundo. É uma jornada pessoal e coletiva, repleta de desafios e de oportunidades, que molda e transforma não apenas o conhecimento em si, mas também aqueles que o buscam. É esse território educacional que a Educação do Campo ajuda a criar.

Diante do exposto, depreende-se que,

[...] o conhecimento novo supera outro que antes foi novo e se fez velho e se “dispõe” a ser ultrapassado por outro amanhã. Daí que seja tão fundamental conhecer o conhecimento existente quanto saber que estamos abertos e aptos à produção do conhecimento ainda não existente (Freire, 1996, p. 15).

Nesse contexto, o conhecimento é sempre uma busca perene de superação do ontem,

perfazendo-se em um passado-futuro diante do que estar por vir. Logo, defende-se que toda prática educativa deva contribuir para o despertar constante da “curiosidade epistemológica”, posto que, como afirma Krishnamurti [s/d], a educação convencional dificulta sobremaneira o exercício do pensar independente.

Desta forma, a Licenciatura em Educação do Campo, contribui ao projeto de construção de uma outra educação, de possibilidade de acesso à terra e ao conhecimento, e consequentemente, aprofunda a relação pedagógica entre os sujeitos e o território, ampliando a produção de conhecimentos e a valorização dos saberes e das experiências de vida dos sujeitos-territórios do campo, das águas e das florestas. Afinal, como afirma Caldart (2004) a relação pedagógica construída na e pela Educação do Campo, não compreende uma relação de “desapropriação” mas de “apropriação compartilhada”, de troca e soma de saberes.

Nesse sentido, pode-se inferir que, o Curso de Licenciatura em Educação do Campo do município de Irituia/PA, ofertada pelo Programa Forma Pará, através do IFPA – Campus Castanhal, mesmo diante das contradições existentes, expressa uma luta por direitos e ao mesmo tempo a perspectiva da construção de uma educação pautada na luta pela construção de uma outra escola e um outro sistema educativo no meio rural.

A educação, mais especificamente o processo formativo a se construir no curso, assume, então, um sentido de luta, de mudança, de elaboração de práticas e teorias capazes de contribuir nos processos de organização de uma nova sociedade. No contexto da escola, o curso tem como desafio trazer para conhecimento e debate a história e a atualidade da Educação Rural na perspectiva de fazer emergir a Educação do Campo. Educação do Campo como princípio, conceito e prática (Antunes-Rocha; Diniz; Oliveira, 2011, p. 22-23).

Até por que,

a consciência de seus direitos consiste exatamente em encarar as privações da vida privada como injustiças no lugar de repetições naturais do cotidiano. E justamente a revolução de expectativas produzidas esteve na busca de uma valorização da dignidade, não mais no estrito cumprimento de seus papéis tradicionais, mas sim na participação coletiva numa luta contra o que consideram as injustiças de que eram vítimas (Sader, 1995, p. 222).

Portanto, nessa linha raciocínio, os sujeitos-territórios do campo, das águas e das floretas, ao efetivarem o reconhecimento e a valorização, bem como a sua participação no processo de luta e busca por direitos, constituem e ressignificam o movimento do movimentos sociais camponeses, contrapondo-se ao clientelismo típico das relações tradicionais que são e vem sendo

construídas entre certos representantes das camadas subalternas e agentes políticos que respondem, falam e agem em nome do Estado, ou seja, do poder estabelecido.

Desse modo, a Educação do Campo no processo formativo dos sujeitos-territórios camponeses, afirma-se como uma pedagogia da luta e da vida, uma pedagogia da resistência e da territorialidade, nascida do diálogo com a cultura e com os saberes locais. Como afirma Molina (2015, p. 19), “a Educação do Campo é um projeto político-pedagógico que nasce da luta dos povos do campo pelo direito de produzir e socializar conhecimentos vinculados às suas realidades”. Trata-se, portanto, de um processo contínuo e multifacetado de (re)descoberta dos sujeitos-territórios, fundado na curiosidade, na reflexão e na ação transformadora.

Assim, o conhecimento, na perspectiva da Educação do Campo, não é um produto acabado, mas um território em constante construção, alimentado pela interação entre os saberes populares e científicos, pela coletividade e pela vivência crítica do mundo. É nesse território educativo, tecido pelas experiências e histórias dos sujeitos, que a Educação do Campo reafirma seu compromisso com a emancipação, a justiça social e o fortalecimento das identidades culturais e territoriais.

A oferta do Curso de Licenciatura em Educação do Campo por meio do Programa Forma Pará representa mais do que uma simples ampliação do acesso à educação superior, na essência constitui-se como um ato político-pedagógico de libertação, que promove o “poder pensar”, o “poder saber que se sabe” e o “poder construir uma nova realidade”. Trata-se de um processo de ressignificação da educação a partir da valorização das identidades e saberes dos sujeitos-territórios do campo, das águas e das florestas, reafirmando a educação como prática de autonomia e transformação social. Ao proporcionar a construção de novas relações com o território, o programa ajuda no processo de contribuição à emergência de uma consciência crítica e coletiva, fundamentada no respeito à diversidade ambiental, socioeconômica e político-cultural da Amazônia.

Nessa perspectiva, Hoeller, Fagundes e Farias (2019, p. 78) ressaltam que “a educação precisa ser considerada como processo de formação humana, que estabelece referências culturais, históricas, econômicas, ecológicas e políticas para a emancipação e intervenção dos sujeitos na realidade”. Essa compreensão aproxima-se da concepção freireana de educação como prática da liberdade, pois, conforme argumenta Paulo Freire (1987, p. 44), “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”. Assim, o Programa Forma Pará compreende a emergência de um caminho possível de superação das desigualdades

históricas e como instrumento de emancipação das populações amazônicas, possibilitando que educandas/os e educadoras/es se reconheçam como produtoras/es de conhecimentos, saberes e de história.

Contrapondo-se à histórica negação do direito à educação e à formação cultural dos sujeitos-territórios do campo, das águas e das florestas, a Educação do Campo, fundamentada nos princípios da Pedagogia da Alternância, propõe uma nova concepção de educação; uma educação contextualizada, dialógica e emancipatória. Conforme assinala Arroyo (2012, p. 61), “a escola do campo deve ser um espaço de afirmação da vida e das culturas camponesas, não de sua negação”. Assim, a alternância pedagógica se apresenta como um projeto de bem-viver, pautado no respeito aos saberes locais, na construção coletiva do conhecimento e no reconhecimento dos direitos políticos e socioterritoriais das comunidades rurais.

A Pedagogia da Alternância, enquanto método e filosofia de ensino, articula tempos e espaços formativos, promovendo a integração entre teoria e prática, saber científico e saber popular. Para Molina (2015, p. 19), essa proposta representa “um paradigma educativo que rompe com a lógica urbana e centralizadora da educação tradicional, afirmando o campo como lugar de produção de saberes e de vida”. Essa metodologia possibilita uma educação que parte da realidade concreta dos educandos, potencializando suas experiências e fortalecendo o protagonismo comunitário na construção de soluções locais e sustentáveis.

Nesse contexto, os ensinamentos de Paulo Freire continuam fundamentais para compreender a prática educativa na Educação do Campo. Em Pedagogia da Autonomia (1996), o autor destaca que ensinar exige rigorosidade metódica, pesquisa, respeito aos saberes dos educandos, criticidade, ética e estética, além da “corporeificação das palavras pelo exemplo” (Freire, 1996, p. 23). Freire também reafirma a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, ao afirmar que “não há ensino sem pesquisa e nem pesquisa sem ensino” (Freire, 1996, p. 32). Essa compreensão reforça que o fazer docente é, simultaneamente, um ato de investigação e de criação, no qual educador e educando aprendem e se transformam mutuamente.

Dessa forma, o Curso de Licenciatura em Educação do Campo do Programa Forma Pará, ofertado no município de Irituia – Pará, via IFPA/Campus Castanhal, consolida-se como um espaço de produção de saberes emancipatórios, comprometido com a justiça social, o bem-viver e a sustentabilidade dos territórios amazônicos. Ele reafirma a educação como prática de liberdade, em diálogo com a concepção freiriana de educação, para quem o conhecimento é construído a partir das experiências, das memórias e das lutas dos povos do campo, promovendo,

assim, uma educação enraizada na vida e voltada à transformação da realidade. Como afirma Freire (1996, p. 15) “Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago”.

Diante do exposto, evidencia-se que o ensino é uma prática constante de busca pelo despertar do ser humano, de construção e tomada de consciência, uma permanente reprocura da essência de quem ensina e ensinando aprende e aprendendo se reconstrói em conjunto com o(s) outro(s). Daí que, o ensino é um buscar permanente daquilo que existe no ato de educar – a descoberta e a reconstrução de outros mundos possíveis. A pesquisa, por sua vez, é a constante intervenção no mundo, posto que, intervindo através da prática educativa, ao mesmo tempo educa-se se (re)educando.

Destarte, compreende-se que o ser humano é um ser não completo, inconcluso, mas determinado e em constante (trans)formação. Logo, a existência do ser humano, é uma existência de ser condicionado, que vai para além das condicionantes existentes e construídas, mediante a curiosidade, a rebeldia e a força transformadora que lhe acompanha, fazendo com que vá para além do que pode vir a ser e do que lhe é proposto enquanto ensinamento. A educação tradicional, precisa entender que as/os educandas/os e educadoras/es da Educação do Campo, enquanto sujeitos-territórios, são sujeitos históricos de saberes e conhecimentos, e seres em constante (trans)formação, produtores e não, simplesmente, produto de uma realidade político-econômica, social e culturalmente modificada e em (re)construção.

A base da existência e da resistência dos povos do campo encontra-se no território, entendido não apenas como um espaço físico de ocupação, mas como um espaço de vida, de memória e de construção de identidades coletivas. O território, nesse sentido, é o *lócus* onde se produzem e reproduzem as relações sociais, culturais e econômicas que sustentam a permanência dos sujeitos na terra. Conforme afirmam Fernandes e Molina (2005, p. 57), “produzir o seu espaço significa construir o seu próprio pensamento”, e tal construção só é possível mediante uma educação voltada aos interesses, necessidades e identidades desses sujeitos, em diálogo com suas realidades e saberes locais.

A partir dessa compreensão, a Educação do Campo surge como um instrumento político e epistemológico de fortalecimento territorial, pois possibilita aos povos do campo não apenas permanecerem em seus espaços de origem, mas também resignificarem o sentido do viver e produzir nesses territórios. Como destaca Molina (2015, p. 21), trata-se de “um projeto de

educação que parte das condições concretas de vida e de trabalho dos sujeitos do campo, reconhecendo suas práticas sociais como espaços legítimos de produção de conhecimento”. Desse modo, a educação torna-se um processo de autonomia intelectual e cultural, que rompe com o paradigma urbano-industrial e reafirma o campo como espaço de criação e pensamento crítico.

Nesse horizonte, o território é concebido como um espaço de poder e pertencimento, em que os sujeitos afirmam suas identidades e constroem novas formas de organização social. De acordo com Haesbaert (2014, p. 97), “o território é sempre uma construção simbólica e política, resultado das múltiplas relações entre o espaço e os sujeitos que o produzem”. Assim, ao compreender o território como categoria pedagógica e política, a Educação do Campo amplia o sentido do ato educativo, promovendo o enraizamento do conhecimento nas práticas socioculturais e ecológicas que estruturam a vida dos povos rurais, ribeirinhos e florestais.

Para que esse processo educativo seja efetivo, é indispensável o reconhecimento dos saberes trazidos pelos educandos, construídos ao longo de suas trajetórias de vida e de luta. Freire (1996, p. 30) enfatiza que “ensinar exige respeito aos saberes dos educandos”, e que a prática educativa deve partir da realidade concreta, promovendo o diálogo entre o conhecimento científico e os saberes populares. Assim, respeitar a experiência dos sujeitos significa legitimar suas vozes e histórias, transformando a sala de aula em um espaço de troca, escuta e construção coletiva do conhecimento.

O respeito ao ser humano como sujeito histórico, social e criador torna a prática educativa um ato de liberdade e de criticidade. Ao estimular a “curiosidade epistemológica”, conceito desenvolvido por Freire (1996, p. 33), o educador desperta nos educandos a consciência de que são produtores e transformadores de sua própria realidade. Essa curiosidade crítica conduz à emancipação intelectual, pois incentiva a investigação, a reflexão e o questionamento do mundo, permitindo que os sujeitos-territórios compreendam o seu papel na construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Portanto, a Educação do Campo, ancorada na valorização do território e dos saberes locais, não se limita à transmissão de conteúdos, mas se configura como uma prática social e política de resistência e (re)existência. Ela reafirma o direito à terra, à cultura e ao conhecimento, promovendo a emancipação dos sujeitos e o fortalecimento dos laços comunitários. Assim, o ato educativo torna-se, simultaneamente, um gesto de afirmação identitária, de construção coletiva do saber e de transformação da realidade territorial.

METODOLOGIA

A partir de uma abordagem qualitativa, o presente trabalho adotou um caráter exploratório, com o objetivo de compreender as contribuições do Curso de Licenciatura em Educação do Campo no município de Irituia, ofertado pelo Programa Forma Pará via IFPA/Campus Castanhal, tem favorecido à autoestima dos sujeitos-territórios envolvidos no processo educacional, reconhecendo assim os saberes locais dos homens e mulheres do campo, das águas e das florestas, bem como da juventude rural.

A adoção dessa abordagem metodológica fundamentou-se na necessidade de compreender de maneira profunda as percepções, experiências e significados construídos pelos sujeitos-territórios no âmbito do processo educativo. Tal perspectiva requer um olhar interpretativo, capaz de apreender a complexidade e a especificidade das realidades histórico-sociais nas quais esses sujeitos estão inseridos. De acordo com Minayo (2012), compreender os fenômenos sociais implica interpretar as relações simbólicas e materiais que os constituem, considerando as dimensões culturais, políticas e econômicas que conformam o território como espaço de vida, resistência e produção de saberes. Assim, a opção metodológica busca articular a análise da experiência vivida à compreensão crítica das condições históricas que a determinam.

O estudo foi estruturado a partir de duas estratégias metodológicas complementares, a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso. A pesquisa bibliográfica consistiu em uma revisão criteriosa de obras, artigos científicos e documentos institucionais que abordam temas como a interiorização do ensino superior, a educação contextualizada e a valorização dos saberes populares na formação acadêmica e cidadã.

Conforme aponta Gil (2017), a pesquisa bibliográfica é essencial para a construção de um referencial teórico que oriente a análise empírica, permitindo o diálogo entre o campo teórico e a realidade investigada. Já o estudo de caso, segundo Yin (2015), possibilita uma compreensão aprofundada de um fenômeno dentro de seu contexto real, permitindo identificar suas particularidades, contradições e potencialidades. Dessa forma, a combinação dessas estratégias assegura maior consistência analítica e coerência entre os objetivos da pesquisa e os procedimentos adotados.

A pesquisa bibliográfica, conforme destacam Marconi e Lakatos (2010, p. 166), tem por finalidade “colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto”. Nesse sentido, a presente investigação constitui uma reflexão crítica

acerca das contribuições da prática pedagógica construída de forma coletiva por educandos e educadores da Turma de Licenciatura em Educação do Campo de Irituia. A etapa bibliográfica, portanto, possibilitou a construção de um referencial teórico consistente, que sustenta a interpretação e a análise dos dados empíricos, permitindo compreender a articulação entre teoria e prática no contexto da formação docente do campo.

O estudo de caso concentrou-se no Curso de Licenciatura em Educação do Campo ofertado no município de Irituia/PA, no âmbito do Programa Forma Pará, política pública voltada à democratização do acesso ao ensino superior para populações historicamente excluídas das universidades. Tal recorte empírico se justifica pela relevância do curso como espaço de formação de educadores comprometidos com as realidades rurais e com a construção de práticas pedagógicas contextualizadas.

Conforme argumenta Ludwig (2012, p. 58), “o estudo de caso diz respeito a uma investigação de fenômenos específicos e bem delimitados, sem a preocupação de comparar ou generalizar”, o que o torna especialmente adequado para compreender em profundidade processos educativos singulares e suas implicações sociais e formativas. Dessa forma, o estudo buscou apreender as particularidades do curso enquanto expressão concreta das políticas de interiorização e inclusão educacional no estado do Pará.

A coleta de dados ocorreu através da observação direta em espaços de convivência social e educacional, além da experiência vivida em sala de aula, onde se buscou compreender as trajetórias formativas, os vínculos com os saberes locais e as transformações percebidas a partir do ingresso dos sujeitos educandos no ensino superior.

Os dados coletados foram sistematizados em categorias temáticas e examinados à luz do referencial teórico estabelecido, com o propósito de identificar recorrências, significados, tensões e contradições presentes nas práticas pedagógicas desenvolvidas pelas e pelos discentes-educadores. Essa etapa analítica, conforme orienta Minayo (2012), implica um movimento interpretativo que articula a leitura dos dados empíricos com os fundamentos teóricos, permitindo compreender o fenômeno estudado em sua totalidade e complexidade.

A interlocução entre as fontes bibliográficas, as observações realizadas e as vivências práticas dos sujeitos pesquisados possibilitou a construção de uma análise crítica e contextualizada da experiência do Programa Forma Pará e do Curso de Licenciatura em Educação do Campo no município de Irituia/PA. Essa articulação revelou os alcances, desafios e potencialidades dessas iniciativas como espaços de reinvenção pedagógica, valorização dos

saberes locais e fortalecimento da identidade do educador do campo, reafirmando o papel da formação superior como instrumento de transformação social e de emancipação dos sujeitos territoriais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos por meio da pesquisa bibliográfica e da observação direta revelam impactos amplos e positivos decorrentes da implementação do Programa Forma Pará no município de Irituia/PA, especialmente quanto à integração entre o saber acadêmico e os saberes tradicionais das comunidades locais. Essa articulação materializa um processo educativo que transcende a mera transmissão de conteúdos, configurando-se como um espaço de diálogo intercultural e produção compartilhada de conhecimento. Conforme argumenta Paulo Freire (1996), a educação dialógica é aquela em que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”, reafirmando o caráter coletivo e transformador do ato educativo.

Sob essa perspectiva, o Programa Forma Pará tem contribuído para a ressignificação das práticas pedagógicas e para o reconhecimento dos saberes locais como elementos legítimos na formação docente e no fortalecimento das identidades do campo. Em consonância com Molina e Jesus (2010), a Educação do Campo deve ser compreendida como um processo político-pedagógico que articula conhecimento científico e experiência comunitária, promovendo autonomia e pertencimento. Dessa forma, constata-se que a presença do programa em Irituia/PA representa um avanço concreto na democratização do acesso ao ensino superior, além de um movimento de emancipação social e epistêmica dos sujeitos historicamente marginalizados das políticas educacionais.

Por assim saber, é possível inferir que,

O compromisso do curso concretiza-se numa perspectiva de escola que se articula com os projetos sociais e econômicos do campo, que cria uma conexão direta entre formação e produção, entre educação e compromisso político. Uma escola que, em seus processos de ensino e de aprendizagem, considera o universo cultural e as formas próprias de aprendizagem dos povos do campo, que reconhece e legitima esses saberes construídos a partir de suas experiências de vida (Antunes-Rocha; Diniz; Oliveira, 2011, p. 23).

Nesse contexto, o programa tem ampliado as oportunidades educacionais de jovens e adultos oriundos da zona rural, de famílias agricultoras e de trabalhadores informais, grupos

historicamente excluídos do sistema universitário público. Tal movimento encontra respaldo nas reflexões de Boaventura de Sousa Santos (2007), ao discutir a ecologia de saberes, onde destaca a valorização das diversas formas de conhecimento e a superação da monocultura do saber científico ocidental.

Um dos resultados mais expressivos observados refere-se à valorização e ao reconhecimento dos saberes locais dentro do ambiente acadêmico. Esse processo tem fortalecido a autoestima dos chamados sujeitos-territórios e contribuído para o enraizamento do conhecimento acadêmico nas realidades socioculturais amazônicas, conforme defendem Brandão (2002b) e Caldart (2004), que destacam a importância da educação contextualizada e comprometida com o território.

É importante ressaltar que, os diálogos advindos das experiências entre os saberes populares e os conteúdos formais promovido pelo IFPA – Campus Castanhal, tem impulsionado a construção de práticas pedagógicas críticas e contextualizadas, em conformidade com a pedagogia da Educação do Campo. Nota-se que as práticas pedagógicas trabalhadas no curso de Licenciatura em Educação do Campo, tem ensejado o despertar de uma consciência coletiva por parte dos sujeitos-territórios educandos, compreendendo sua importância e a importância do seu papel político-social no município, no estado e na Amazônia. Essa consciência prática reflete os princípios freireanos de uma educação problematizadora, que parte da realidade das/os educandas/os para promover uma aprendizagem contextualizada, democrática e transformadora.

Outro resultado relevante diz respeito à forma como as/os estudantes, discentes e educadoras/es, têm vivenciado a articulação entre os conhecimentos acadêmicos e os saberes oriundos do cotidiano. As experiências desenvolvidas no curso têm ressignificado os saberes locais, que passam a ser tematizados em sala de aula, especialmente por docentes comprometidos com uma pedagogia dialógica e emancipatória (Freire, 1987), sensível às especificidades da Amazônia.

Nesse sentido, pode-se depreender que a valorização dos saberes dos sujeitos-territórios, a exemplo da cultura local, compreende um das ferramentas centrais do processo de formação socioeducativa e político-cultural, que se expressa em iniciativas individuais e coletivas dos sujeitos, através do reconhecimento e da valorização de suas histórias de vida, registradas na memória consciente, afetiva e transformadora, presente nas práticas educacionais, pedagógicas e culturais de cada uma e cada um dos sujeitos-territórios educandas/os e educadoras/es. Assim, o Programa Forma Pará transcende a simples oferta de cursos e assume o papel de indutor de

transformação social, fortalecendo a identidade territorial e promovendo uma universidade mais inclusiva, plural e comprometida com os saberes do povo.

Ademais, o fato de os estudantes poderem cursar o ensino superior em seu próprio município contribui para o fortalecimento dos vínculos comunitários, permitindo-lhes permanecer junto à família e à terra, evitando deslocamentos para centros urbanos distantes. Essa permanência territorial reforça o sentimento de pertencimento e o comprometimento com o desenvolvimento local, em consonância com os princípios da Educação do Campo, que valoriza a escola como espaço de resistência e construção coletiva.

Destarte, pode-se afirmar que a oferta do ensino superior público, gratuito e de qualidade no município de Irituia/PA, através da disponibilidade do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, não apenas amplia as perspectivas de futuro dos sujeitos-territórios do município, mas também promove um engajamento político e sociocultural, que é fundamental tanto à uma maior qualificação profissional, quanto a valorização social e econômica daquelas e daqueles que constroem e ressignificam a essência material e espiritual do município. Isso dito e escrito, o que antes era percebido como algo distante e inalcançável tornou-se uma realidade concreta, gerando novos horizontes de transformação social, econômica e cultural para o campo paranense e amazônico.

CONCLUSÃO

A Educação do Campo desempenha um papel fundamental na promoção e valorização dos saberes e práticas dos sujeitos-território que vivem e se reproduzem do/no campo, bem como das águas e das florestas. Salienta-se, que nos dias atuais, em um mundo cada vez mais urbanizado e tomado pelas grandes tecnologias, é fácil esquecer a importância vital daqueles que trabalham na terra, cultivando alimentos e preservando tradições ancestrais. No entanto, a Educação do Campo surge como um instrumento poderoso para reconhecer, respeitar e fortalecer esses conhecimentos, bem como as tradições, os saberes e a cultura dos diversos sujeitos-territórios que vivem tanto no campo, quanto nas águas e nas florestas. E como afirmam Fernandes e Molina (2004, p. 33) os “Indivíduos pensam e agem conforme paradigmas inscritos em sua cultura”.

É importante compreender que os saberes dos sujeitos-territórios do campo são vastos e variados, abrangendo desde técnicas agrícolas tradicionais até conhecimentos sobre conservação ambiental e gestão sustentável dos recursos naturais. Estes conhecimentos, muitas vezes

transmitidos oralmente de geração em geração, representam um patrimônio cultural inestimável que merece ser preservado e valorizado. “O território é um trunfo dos povos do campo e da floresta. Trabalhar na terra, tirar da terra a sua existência, exige conhecimentos que são construídos nas experiências cotidianas e na escola. Ter o seu território implica em um modo de pensar a realidade” (Fernandes; Molina, 2004, p. 36).

A Educação do Campo constitui-se como um espaço privilegiado de valorização, sistematização e ressignificação dos saberes populares, permitindo que os conhecimentos produzidos pelas comunidades rurais sejam reconhecidos e dialoguem com o saber científico. Esse diálogo epistemológico, conforme defendem Arroyo, Caldart e Molina (2004), amplia as possibilidades formativas ao articular teoria e prática, território e cultura, ciência e experiência. Ao incorporar conteúdos curriculares que expressam a realidade camponesa, suas práticas produtivas, relações comunitárias e modos de vida, a Educação do Campo reafirma o direito à diferença e o protagonismo dos sujeitos do campo na construção de suas trajetórias formativas.

Nesse contexto, a Licenciatura em Educação do Campo assume papel estratégico, pois contribui para o fortalecimento das identidades culturais e políticas das populações rurais, promovendo o empoderamento das agricultoras e agricultores familiares e a consolidação de práticas pedagógicas que reconhecem o território como espaço de saber e de resistência. Assim, a formação de educadores do campo não se restringe à transmissão de conteúdos, mas configura-se como um processo emancipatório, voltado à transformação social e à afirmação dos sujeitos camponeses como produtores de conhecimento e cultura.

A Educação do Campo desafia a visão tradicional de educação, que muitas vezes privilegia apenas os conhecimentos considerados "acadêmicos" em detrimento dos saberes práticos e vivenciais. Ao reconhecer a importância igualmente válida de diferentes formas de conhecimento, a Educação do Campo promove uma educação inclusiva, participativa e democrática, que valoriza e respeita a diversidade cultural e a pluralidade de experiências de todos os sujeitos-territórios. Portanto, esse processo contribui para a construção de uma educação superior mais dialógica, territorializada e transformadora.

Outro aspecto relevante é que a Educação do Campo pode contribuir significativamente para o desenvolvimento de outro projeto de agricultura nas áreas rurais. Ao promover a capacitação dos sujeitos-territórios do campo com conhecimentos técnicos e científicos atualizados, a Educação do Campo pode aumentar a produtividade e a produção agrária, promovendo a adoção de práticas agroecológicas e reduzindo os impactos ambientais das

atividades agrícolas, contribuindo assim para a conservação dos recursos naturais e para a promoção da segurança alimentar dos sujeitos-territórios que vivem do campo, da terra, das águas e das florestas.

Em síntese, conclui-se que, o Curso de Licenciatura em Educação do Campo em Irituia, além de possibilitar um reconhecimento e uma valorização dos saberes e das práticas pedagógicas dos sujeitos-territórios do campo, das águas e das florestas, também contribui para dinamização do processo educativo no município. Desta forma, as práticas pedagógicas da Educação do Campo, respeita, fortalecer e dignifica os saberes e conhecimentos das populações camponesas, e ajuda ao desenvolvimento dos territórios rurais, mediante a construção de uma outra sociedade possível, que consagre justa, inclusiva, democrática e solidária, porque se constrói e se faz na relação dialógica entre os sujeitos, os lugares e o território.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre**: imagens e autoimagens. Petrópolis: Vozes, 2012.

ARROYO, Miguel G.; CALDART, Roseli S.; MOLINA, Mônica C. (Orgs.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; DINIZ, Luciane de Souza; OLIVEIRA, Ariane Martins. Percurso formativo da turma dom José mauro: segunda turma do curso de Licenciatura em educação do campo da Fae/uFmG. In: MOLINA, Mônica Castagna M.; SÁ, Laís Mourão. (Orgs.). **Licenciaturas em Educação do Campo**: registros e reflexões a partir das Experiências-Piloto. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

BRANDÃO, Carlos R. **Lutar com a palavra**: escritos sobre o trabalho do educador. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BRANDÃO, Carlos R. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 2002a.

BRANDÃO, Carlos R. **A educação como cultura**. Campinas: Mercado de Letras, 2002b.

CALDART, Roseli S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. *O campo da Educação do Campo*. Brasília: MDA, 2005.

FERNANDES, Bernardo M.; MOLINA, Mônica C. O campo da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica C.; JESUS, Sonia M.S.A. (Orgs.). **Por uma educação do campo** – contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. 2ª. ed. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, 2004.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- HOELLER, Silvana C.; FAGUNDES, Maurício C. V.; FARIAS, Maria I. **Educação do Campo, educação popular e geografia**: uma construção dialógica. Curitiba: InterSaber, 2019.
- KRISHNAMURTI, J. **A educação e o significado da vida**. Tradução de Hugo Veloso. São Paulo: Editora Cultrix, s/d.
- LUDWIG, Antônio C. W. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**: métodos e técnicas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.
- MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: MDA, 2015.
- MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, 2010.
- MOLINA, Mônica C. Contribuições das Licenciaturas em Educação do Campo para as políticas de formação de educadores. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 140, p. 587–609, jul. 2017.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- SANTOS, Boaventura de S. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2007.
- SANTOS, Boaventura de S. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- SECTEC. Edital de Credenciamento – Pará Profissional. Disponível em: <https://www.sectec.pa.gov.br/sites/default/files/Forma%20Par%C3%A11.pdf>. Acesso em: 02/11/2023.
- YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.